

Apêndice – Anexo IV

FORMA DE ANÁLISE DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2022
(Processo Administrativo n.º 23463.000483/2022-14)

Preâmbulo: está estabelecida a forma de análise para o processo de contratação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação para o campus Estância do Instituto Federal de Sergipe – ANO 2022 por meio do que segue.

Observação nº1: como exemplo, utilizaremos o valor do salário como R\$ 1.212,99, referente a categoria dos empregados de asseio e conservação em Sergipe (CCT SE000058/2022).

Observação nº 2: utilizaremos o valor numérico 20,5 (resultado do cálculo: 246 dias divididos por 12 meses, foram excluídos sábados, domingos e feriados) para a quantidade média de dias trabalhados no mês por empregado. **Este valor será adotado como padrão para todas as rubricas, exceto para substituto na cobertura de férias, onde o mês médio equivalerá a 30 dias.**

Observação nº 3: para que não haja arredondamentos visto que nossa unidade monetária só possui duas casas decimais deve ser utilizada a função **TRUNCAR** em todos cálculos da planilha de custos.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1. Alínea A (Salário-base)

O salário-base acostado à planilha deve corresponder ao valor de R\$ 1.212,99, conforme convenção coletiva da categoria.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1 Alíneas A (13º Salário) e B (Férias e Adicional de Férias)

Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intrajornada)

Os percentuais para o campo 13º salário, férias e adicional de férias, devem

corresponder aos estabelecidos pelo Ministério da Economia, por meio da IN05/2017/SEGES.

O Instituto Federal de Sergipe utiliza-se da conta-vinculada como instrumento de garantia de direitos, logo, as propostas devem respeitar os percentuais exigidos pela normativa da conta-vinculada. Para calcular esse submódulo, vamos entender qual a diferença entre a previsão da rubrica “Férias” no Submódulo 2.1 (13º salário, férias e adicional de férias) e no Submódulo 4.1 (Ausências legais). (Fonte de pesquisa: Ministério da Economia).

Ressalta-se a nota explicativa que inaugura o Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente, presente no Anexo VII-D da IN nº 05/2017.

"Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço."

Ou seja, as rubricas constantes no Submódulo 4.1 – Ausências Legais (Férias, licença-paternidade, afastamento maternidades, etc) não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos que relativos ao pagamento dos profissionais-repositores que irão cobrir a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações.

Portanto, não se pode confundir a rubrica para pagamento de cobertura de férias do empregado residente (provisionado no Submódulo 4.1 – Ausências Legais), com o valor necessário ao pagamento do direito de férias e adicional de 1/3 Constitucional, previstos no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.

Assim, o provisionamento realizado no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias, destina-se a realizar a reserva financeira necessária para a quitação desses direitos em relação ao empregado residente, ou seja, aquele considerado sob regime de mão de obra exclusiva - empregados da contratada que ficam à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços. (MPDG, FAC, 2018, grifo nosso)

Além disso, o Anexo XII - da Conta-Depósito Vinculada, afirma em seus itens 2 e 14 que:

(...)

2. O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

a) 13o (décimo terceiro) salário;

(...)

b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias; (IN 05/2017 – Anexo XII)

14. Os valores provisionados para atendimento do item 2 deste Anexo serão discriminados conforme tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAIS
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)
Férias e Adicional de Férias	12,10% (doze vírgula dez por cento)

Fonte: IN 05/2017 Min. Economia. Com alterações. Ver Anexo XII, item 14. Adaptada pelo IFS.

2.2. Encargos Previdenciários (GPS, Fundo de Garantia (FGTS) e outras contribuições

Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intra jornada) + Submódulo 2.1

Os percentuais devem corresponder aos exigidos legalmente e o fator acidentário de prevenção (FAP) deve ser comprovado.

Utilizando as orientações do Caderno Técnico de Vigilância, ano 2019, os valores para este módulo ficam da seguinte forma:

ITEM	PERCENTUAIS
INSS	20,00%
Salário-Educação	2,50%
SAT	2,85%
SESC ou Sesi	1,50%
SENAI/SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%

2.3 Benefícios Mensais e Diários

1. Alínea A (Custo com deslocamento do profissional)

O custo com deslocamento só poderá compor a planilha quando tiver normativo específico de cada município estabelecendo esse direito. Em sua inexistência, este campo deverá vir zerado. Multiplicamos o valor da passagem pela quantidade de passagens a serem utilizadas no dia e este pela quantidade média de dias a serem trabalhadas no mês. Deste resultado subtraímos o valor devido ao funcionário de 6% sobre o salário base.

2. Alínea B (Auxílio Alimentação)

O valor diário do auxílio refeição-alimentação, quando existente, deverá ser o estabelecido em convenção coletiva. A CCT utilizada estabeleceu o valor de R\$ 14,00 por dia trabalhado, cabendo ao empregador o custeio de 90% deste benefício, com ônus 10% para o empregado.

3. Alínea C (Assistência Social Familiar)

Conforme cláusula 8ª, parágrafo 4º da CCT000058/2022 o valor correspondente é de R\$ 3,50.

4. Alínea D (Benefício Social Familiar)

Conforme cláusula 9ª, parágrafo 2º da CCT000058/2022 o valor correspondente é R\$ 15,00.

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

1. Alínea A (Aviso Prévio Indenizado)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.1 + FGTS + Módulo 2.3

Indicaremos percentual de 0,42% (que corresponde a estimativa de 5% de API divididos por 12 meses).

2. Alínea B (Incidência do FGTS sobre o API)

Como no cálculo anterior, já houve a incidência do FGTS sob o aviso prévio indenizado, esta alínea deve ser zerada. Caso o licitante opte por fazer o cálculo de forma separada, esta alínea deve ter o lançamento correspondente.

3. Alíneas C e F

Base de cálculo: Módulo 1

Vejamos o anexo XII – da Conta Vinculada, da IN 05/2017 SEGES/MPDG.

O montante dos depósitos da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

ITEM	%
Multa sobre FGTS sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4%

Fonte: IN 05/2017 MPDG, com alterações do IFS

Deve-se considerar que a multa do FGTS incide de uma única vez sobre a totalidade dos meses do contrato, **os valores referentes a essas multas devem perfazer, somados, 4%**. Assim, se a empresa quiser apor na alínea C todo o valor referente ao percentual total, pode, da mesma forma que se quiser dividi-los como a aprover, também pode. Importante destacar que a IN 05 considera que estes percentuais devem incidir sobre a remuneração. Como se trata de conta vinculada, e o IFS a adota, não há deliberalidade do licitante em adotar ou não esse percentual.

4. Alínea D (Aviso Prévio Trabalhado)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2

Inferimos que 95% se desligarão via aviso prévio trabalhado, já que indicamos o percentual de 5% para o API. Desta forma, indicaremos percentual de 1,85%, obtido através do seguinte cálculo:

$$\{[(100\% / 30) \times 7] / 12\} \times 95\% = 1,85\%$$

Onde:

100% = salário integral

30 = número de dias no mês

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar

12 = número de meses no ano

95% = APT

A fonte deste cálculo é TC-023.202/2014-9, TRT 6ª região. Importante destacar que, se considerar 100% de APT, 1,94% será o valor máximo a ser apostado a título de aviso trabalhado, aplicando o percentual de forma proporcional.

5. Alínea E

No cálculo anterior já houve a incidência de todos os encargos do submódulo 2.2 sob o aviso prévio trabalhado, razão pela qual, a alínea E deve ser zerada.

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1. Ausências Legais - Alínea A (Substituto na cobertura de férias)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3

Os lançamentos não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos relativos ao pagamento dos profissionais-repositores que cobrirão a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações. Em números, o profissional em férias precisará ser repostos por 30 dias no mês em que o titular estiver em férias. O percentual equivalente a esta reposição é de 8,22%.

A forma de calcular escolhida leva em conta a base de cálculo dividida pela quantidade média de dias no mês ($365 \text{ dias no ano} / 12 \text{ meses} = 30,4166$), achando assim o custo de um empregado por dia. Este resultado é multiplicado pela quantidade de dias que o profissional estará de férias, tempo esse definido pelo licitante, e então dividido por 12 meses. A fonte é o caderno técnico para vigilância do Ministério da Economia. O mesmo resultado ainda pode ser obtido através da multiplicação da base de cálculo pelo percentual definido pelo licitante.

Considerando 30 dias de férias no ano, equivalente a um percentual de 8,22% temos o seguinte cálculo:

Custo de reposição dia: (Soma dos Módulos 1, 2 e 3) / 30,4166

Dias a serem repostos no ano a título de férias: 30

Custo anual com férias: 30 dias x Custo de Reposição Dia

Custo mensal provisionado para reposição do profissional ausente a título de férias:

Custo anual com férias / 12 meses

Quanto às **alíneas B, C, D, E e F**, todas devem levar em conta a mesma base de cálculo do item anterior (alínea A, submódulo 4.1).

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

1. Alínea A (Uniformes)

Deve ser inserido na planilha o valor referente aos uniformes dividido por 12 meses.

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

1. Alíneas A (Custos Indiretos) e B (Lucro)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

2. Alínea C (Tributos)

A escolha pelo tipo de tributação deve estar vinculada a situação fiscal da empresa, se esta está encaixada no regime do lucro real, do lucro presumido ou do simples nacional. (Fonte: Caderno técnico MPDG)

ARACAJU, 25/11/2022